

Avançar é preciso!

Declaração de João Ferreira, «Recuperar a soberania nacional e o controlo público sobre o sector dos combustíveis»

Para os capitalistas que se apropriaram da Galp, esta pouco mais tem sido que uma máquina de fazer dinheiro. Em sete anos retiraram 2625 milhões de euros em dividendos (mais de um milhão de euros por dia), sem contar as múltiplas prebendas que vão garantindo para si e para os seus.

Já o país perdeu esse mesmo dinheiro, perdeu o controlo sobre uma empresa que gerou 3725 milhões de lucros em 7 anos e sobre um sector absolutamente estratégico para a economia nacional.

Para os trabalhadores do sector, o processo de liberalização e privatização teve igualmente consequências dramáticas. A exploração é cada vez maior. O emprego estável e com direitos, condição de desenvolvimento, é cada vez mais substituído por uma crescente precariedade, pela subcontratação e pela prestação de serviços. Na Galp, a Administração prossegue um permanente esforço de reduzir direitos e regalias aos trabalhadores para incrementar os lucros colocados à disposição dos accionistas. As empresas que surgiram no mercado liberalizado são mares de precariedade e baixos salários.

Os riscos para o país são no entanto ainda maiores. É cada vez mais visível uma evolução da empresa onde a produção de petróleo no Brasil (essencialmente) e Angola é cada vez mais central, quando para o país, o que é verdadeiramente estratégico é a refinação e distribuição de combustível, bem como o abastecimento de gás. A instabilidade accionista agrava este perigos para o país.

O processo de liberalização e privatização trouxe ainda outra realidade aos utentes e à economia nacional: um preço extraordinariamente elevado do combustível e do gás, penalizando os

consumidores e as empresas. Um preço que é gerado pelas margens de lucro muito elevadas, pela evidente cartelização num cenário em que a Galp tem um peso determinante pela sua dimensão (tudo agravado por uma política fiscal injusta que faz crescer os impostos indirectos ao mesmo tempo que aumenta as isenções sobre os rendimentos do grande capital).

Durante largos anos, PS/PSD/CDS partilharam, nos sucessivos governos, responsabilidades no processo de liberalização e privatização do sector. Hoje partilham uma cumplicidade com os interesses dos capitalistas que se apropriaram da Galp, fingindo ignorar os custos que as suas opções tiveram e têm.

O actual governo não tem sido excepção a este comportamento subserviente de PS/PSD/CDS, e tem-se mostrado sem vontade de enfrentar os capitalistas e defender a soberania nacional. Antes pelo contrário. Apesar de ser ainda o segundo maior accionista da empresa (7%), tem abdicado de qualquer representação na Administração. E nos processos de luta com que os trabalhadores têm realizado a defesa dos seus direitos, o Governo optou sempre por se colocar ao lado do patronato e da exploração, emitindo sucessivos decretos de serviços mínimos ilegais e abusivos, destinados a desarmar os trabalhadores e facilitar a exploração.

Aliás, hoje que se cumprem 64 dias de greve na Petrolgal, não quero deixar de expressar a total solidariedade do PCP e da CDU com a luta destes trabalhadores.

É uma luta longa e justa, contra a exploração e a precariedade, uma luta que tem sido praticamente ignorada por uma Comunicação Social que primeiro silencia a luta nas empresas privadas e depois tira a conclusão que essa luta só se regista nas empresas públicas.